



DOMINGO - 31 DE AGOSTO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O SONHO DA CASA PRÓPRIA COM TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS FINALMENTE SE TORNOU REALIDADE PARA MAIS 110 FAMÍLIAS NO SUL DE MINAS, NESTA SEXTA-FEIRA (29/8), QUANDO O GOVERNO DE MINAS REALIZOU, POR MEIO DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB MINAS), A ENTREGA DE TÍTULOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA A MORADORES DOS MUNICÍPIOS DE BOM REPOUSO E TOLEDO.



O GOVERNADOR DO ESTADO, RENATO CASAGRANDE, E O VICE-GOVERNADOR RICARDO FERRAÇO INAUGURARAM, NESTA QUINTA-FEIRA (28), O NÚCLEO DE INTERVENÇÕES RÁPIDAS (NIR) DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE DEFESA SOCIAL (CIODES). A AÇÃO É PARTE INTEGRANTE DA POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA COM USO DE TECNOLOGIAS INTELIGENTES.



Nova diretoria do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente**

A Presidente eleita é **Elizabete Pires da Mota**
E a Vice-presidente **Jaqueline Correia Faria**



O VICE-GOVERNADOR DO ESTADO, RICARDO FERRAÇO, FORMALIZOU, NESTA TERÇA-FEIRA (26), O ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO PARA VIABILIZAR A RETOMADA DAS OBRAS DA NOVA UNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA (UNACON), EM VILA VELHA. O PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA UNACON DO HOSPITAL EVANGÉLICO DE VILA VELHA É CONDUZIDO PELA ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO-SANTENSE (AEBES), COM APOIO DO GOVERNO DO ESTADO.

VINHOS DESPONTAM COMO NOVO COMPONENTE DA IDENTIDADE CULTURAL DE MINAS GERAIS

A produção de vinhos finos de qualidade já é uma realidade em Minas Gerais. O cenário, antes improvável, começou a se modificar nas últimas duas décadas com a difusão da tecnologia de dupla poda da videira,

adaptada e validada pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig).

Relatos históricos indicam que a atividade vitícola no estado teve início no século XIX, mas foram os chamados vinhos de inverno que trouxeram notoriedade para a produção. Atualmente, são cerca de 130 vinícolas. Em 2020, esse número era próximo a 50.

Esse crescimento acompanha o sucesso da bebida em premiações nacionais e internacionais e impulsiona os setores da gastronomia e do turismo.

Mineirices

Desde que planejou abrir o próprio restaurante, em Belo Horizonte, a chef de cozinha e historiadora Juliana Duarte, quis trazer componentes da história e da memória de Minas Gerais. "Eu entendo tradição como transmissão, não como algo que nos amarra ao passado. Eu gosto de dizer que aqui no Cozinha Santo Antônio, somos cheios de mineirices, nos nossos ingredientes, na forma de servir, de receber as pessoas e com as nossas atitudes".

A ideia original já incluía os vinhos de inverno, que ela conheceu quando trabalhava como publicitária. "O vinho mineiro está entre nossos carros-chefes. As pessoas têm muita curiosidade de conhecer e eu tenho muito orgulho de servir. A equipe é orientada para dar essa opção e as informações adequadas".

O mini menu especial "Mineirices" é harmonizado por uma carta de vinhos produzidos no estado. "Aqui, recebemos muitos turistas e missões estrangeiras. E faço muita questão de apresentar e indicar esses vinhos", finaliza.

Identidade e políticas públicas



Os vinhos mineiros do restaurante de Juliana são adquiridos da Rex Bibendi, distribuidora que funciona na capital mineira há mais de trinta anos. "Há cerca de 15 anos, quando buscava uma opção de vinho nacional, pedi ajuda a um enólogo do Sul do país, que me disse para ficar de olho na nova produção de Minas Gerais", conta a proprietária Dulce Ribeiro.

"A partir das indicações dele fui conhecendo esses produtores. E foi algo muito aprazível, a maioria são agricultores estruturados em outras áreas, que apostaram nessa nova cadeia, confiando na pesquisa. A gente tem que dar muito crédito à ciência, ao investimento na Epamig", disse.

Dulce diz pensar nos vinhos como uma tradução da identidade local. "O vinho mineiro não é uma coisa única, cada produtor faz um vinho próprio. Meu sonho é ver uma carta de vinhos com várias regiões de Minas sendo representadas".

Produtores e entidades representativas buscam esse fortalecimento do setor perante o mercado local, como ressalta a presidente do Sindicato da Indústria do Vinho de Minas Gerais (Sindvinho), Heloísa Bertoli. "Estamos atuando junto ao poder público no projeto do Selo de Origem Mineira - Uai Wine – que

t a m b é m pre v é a ofe rta de, n o m í n i m o

, três vinhos mineiros nos estabelecimentos que comercializam a bebida", afirmou.

O vice-governador de Minas Gerais, Mateus Simões, ressalta as ações para a consolidação da cadeia produtiva. "O trabalho, que começou no campo,

envolve também a criação de rotas enoturísticas, a realização e o apoio a eventos como o Uai Wine, que será realizado no Palácio da Liberdade até este fim de semana", afirmou o vice-governador Mateus Simões.

O presidente da Associação dos Produtores de Uva e Vinho de Minas Gerais (Uva-MG), José Procópio Stella, reforça o propósito. "Nossos produtos ganham prêmios no mundo inteiro. Precisamos mostrar ao mineiro que produzimos vinhos de alta qualidade em todas as regiões do estado, divulgar essa informação em feiras, eventos e ações junto ao governo".

O vitivinicultor, que é proprietário da Stella Valentino, vinícola centenária localizada em Andradas, aposta no turismo rural e na parceria com outras cadeias produtivas, como café, queijos, doces e azeites.

"Quase 90% das vinícolas mineiras são pequenas e voltadas para o enoturismo. O vinho é um dos produtos que mais atrai turistas no mundo. Imagina isso aliado ao contexto histórico, à culinária, à receptividade, e ao artesanato do nosso estado", projeta José Procópio Stella.



GOVERNO DE MINAS REALIZA ENTREGA DE TÍTULOS DE PROPRIEDADE PARA MAIS 110 FAMÍLIAS DO SUL DO ESTADO

O sonho da casa própria com todos os direitos garantidos finalmente se tornou realidade para mais 110 famílias no Sul de Minas, nesta sexta-feira (29/8), quando o Governo de Minas realizou, por meio da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab Minas), a entrega de títulos de regularização fundiária a moradores dos municípios de Bom Repouso e Toledo. A ação encerra a espera de quase 15 anos pelo documento e faz parte do Minas Reurb, programa coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG). "Com o título em mãos, essas pessoas conquistam segurança jurídica, acesso ao crédito, direito à sucessão legal e o reconhecimento formal da propriedade. Mais do que um documento, é a garantia de estabilidade, cidadania e tranquilidade para o futuro", afirma a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa. Mais dignidade para famílias do Sul de



Minas A entrega, realizada para as famílias que vivem no Conjunto Habitacional Vereador Luiz Batista da Costa, em Bom Repouso, e no Conjunto Habitacional Morada dos Sonhos, em Toledo, confirma, no papel e na lei, aquilo que já era a realidade diária dessas famílias, que finalmente recebem o documento do lar onde construíram suas histórias. O presidente da Cohab Minas, Márcio Bernardino, que acompanha de perto a execução do programa, lembra que o trabalho é fruto de determinação e prioridade na gestão. "Quando cheguei à Cohab, levei comigo a missão de mudar histórias que há anos

aguardavam um final feliz. Hoje, ao ver famílias recebendo o título de suas casas depois de quase 15 anos de espera, temos a certeza de que nosso trabalho está transformando vidas", destaca Márcio Bernardino. Minas Reurb Lançado em 2019, o Minas Reurb já viabilizou a regularização de mais de 80 mil imóveis em 292 municípios mineiros. Destes, mais de 17 mil títulos de propriedade já foram emitidos, permitindo que milhares de famílias deixem a informalidade e conquistem um direito básico de segurança da moradia legalmente reconhecida. A regularização fundiária urbana é uma das bandeiras prioritárias da atual gestão estadual, que aposta na legalização das propriedades como ferramenta de desenvolvimento social e econômico. Além de garantir dignidade e segurança jurídica, o processo contribui diretamente para o fortalecimento das cidades e a organização dos territórios urbanos.

ATRAENTE E LETAL: VAPE É EXTREMAMENTE PERIGOSO, ALERTA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Coloridos e modernos, eles são extremamente nocivos: os cigarros eletrônicos, ou vapes, podem causar lesões pulmonares graves e oferecem até seis vezes mais riscos que o cigarro comum. O alerta é da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), que reforça a importância da prevenção, especialmente entre adolescentes, no Dia Nacional de Combate ao Fumo, neste 29/8. Os prejuízos do tabagismo são amplamente conhecidos graças às campanhas de conscientização promovidas ao longo das últimas décadas. Já os malefícios do vape ainda geram muitas dúvidas, mas o consenso científico é claro: o produto é nocivo e perigoso. "Não é só sabor com vapor e aromas: os cigarros eletrônicos causam muitos danos para a saúde", destaca Nayara Resende Pena, coordenadora dos Programas de Promoção da Saúde da SES-MG. Criado nos anos 2000, com design moderno e aspecto tecnológico, o cigarro eletrônico ganhou força sobretudo entre adolescentes e jovens. A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), de 2019, mostrou que 16,8% dos estudantes de 13 a 17 anos já haviam experimentado o dispositivo. "O vape parece inofensivo, mas é 100% perigoso", reforça Frederico Thadeu Campos, médico pneumologista. Isso porque, embora muitas vezes exale apenas um vapor inodoro, ele carrega substâncias altamente tóxicas, como nicotina, metais pesados e compostos

químicos associados a lesões pulmonares graves. Principais doenças associadas ao uso de vape Entre os principais riscos está a Evali (do inglês e-cigarette or vaping use-associated lung injury), uma síndrome reconhecida como lesão pulmonar aguda provocada pelo uso do cigarro eletrônico. Ela se diferencia da pneumonia por não ser uma infecção, mas uma inflamação severa, que pode causar dificuldade para respirar, tosse, dor no peito e até complicações em outros órgãos. "O diagnóstico exige uma anamnese bem feita, já que os sintomas podem confundir médicos e pacientes", explica Campos. Duas substâncias frequentemente ligadas à Evali são o Tetrahydrocannabinol (THC) e o acetato de vitamina E. Em março deste ano, o Ministério da Saúde, em parceria com o Instituto Nacional do Câncer (Inca) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), publicou a Nota Técnica Conjunta nº 233/2025, orientando profissionais de saúde a registrarem corretamente os casos de Evali nas Declarações de Óbito. Foi criado, inclusive, um código específico para a síndrome (U07.0) no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o que permitirá consolidar dados mais confiáveis sobre as mortes relacionadas ao uso de

cigarros eletrônicos. No Brasil, a fabricação, importação, comercialização, distribuição, armazenamento, transporte e até mesmo a propaganda de DEF são proibidas desde 2009, com reforço em 2024 pela Resolução nº 855 da Diretoria Colegiada da Anvisa. Mobilização nas escolas Diante desse cenário, a SES-MG destaca a importância das ações preventivas. Em Minas Gerais, todos os municípios aderiram ao Programa Saúde na Escola (PSE), que promove atividades de educação em saúde e prevenção de doenças, incluindo o combate ao tabagismo. As ações são realizadas de forma integrada entre equipes das Unidades Básicas de Saúde e as escolas. "É fundamental investir em informação e prevenção, especialmente entre adolescentes, que são o principal alvo da indústria do vape", ressalta Nayara Pena.



ANTT APRESENTA PROJETO DE INTERVENÇÕES NA BR-101

Após ter cumprido menos de 30% do que estava previsto no contrato anterior, a concessionária Eco-101, agora sob o nome de Ecovias Capixaba, celebrou nesta semana assinatura de um termo aditivo junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), prorrogando por mais 24 anos a concessão da BR-101 (trecho capixaba). O

assunto foi debatido na reunião da Comissão Especial da BR-101, BR-262 e Rodovias, realizada nesta quinta-feira (28).

O novo acordo prevê um investimento da ordem de R\$ 10 bilhões. Dentro desse valor constam as seguintes intervenções: 170 Km de duplicação; 41 Km de faixas adicionais em pista simples; 50 Km de contornos em trechos urbanos (Ibiraçu, Fundão e Linhares); 8 rotatórias alongadas; 40 passarelas para pedestres; 35 Km de vias marginais; 6 Km de ciclovia; 75 pontos de ônibus; 16 interseções em desnível; 2 pontos de parada de descanso para caminhoneiros; além de uma delegacia.

Pedágio

O novo projeto foi apresentado pelo gerente de Estudos e Projetos de Rodovias da ANTT, Stéphane Quebaud, que participou de maneira virtual. O gestor explicou que estão previstos três reajustes ao longo dos 24 anos de vigência do novo acordo, sendo que os mesmos estarão condicionados ao cumprimento do cronograma de obras. O número de praças de pedágio permanece o mesmo: sete.

Ainda sobre a cobrança de pedágio, passa a valer a partir desta quinta-feira (28) a isenção para motociclistas e o desconto de 5% para usuários que utilizam o tag. O acordo prevê ainda um desconto para usuários frequentes.

Ao ser questionado pelo presidente do colegiado, deputado Gandini (PSD), sobre as causas que levaram a concessionária a não ter cumprido integralmente o que estava determinado no acordo anterior, o gerente da ANTT explicou que a falta de licenças ambientais, o atraso na entrega de



projetos e questões de deságio nas tarifas prejudicaram a conclusão das obras previstas.

“Na verdade a gente compartilha essa angústia com vocês, na ANTT a gente admite esses contratos e o que a gente quer é que eles possam trazer o melhor para nossos usuários e o setor regulado. De fato a Eco-101 não atendeu às expectativas, ela teve problema de licenciamento ambiental, ela teve problema de projetos que não foram apresentados nos prazos devidos e ela não conseguiu executar essas obras”, avaliou o gestor.

“A gente também pode falar da questão da tarifa, ficou claro em vários contratos, quando teve o leilão na época, em 2014, teve um deságio enorme. (...) Chega a ser irresponsável no sentido de trazer uma tarifa que não é real. Depois acontece o quê? A concessionária não consegue executar as obras”, acrescentou.

Fiscalização

O deputado garantiu que a comissão ficará atenta ao cumprimento do novo contrato. “Foi importante para a gente compreender. Mas o que é mais importante é a gente acompanhar agora a execução dessas obras para que a gente não tenha, não ocorra o que ocorreu no contrato anterior, que nós ficamos 12 anos e não foi feito nem 30% do que foi pactuado”, afirmou Gandini.

O parlamentar acredita que o novo acordo foi feito dentro de uma possibilidade real. “A gente sempre espera que numa licitação você considere o que é inexecutável em um contrato, como era o caso do contrato anterior. Agora eles afirmam que foi feito dentro de propostas razoáveis, não teve nem concorrência, então assim, você vai ter um reajuste do pedágio daqui a

seis meses de 28% e mais dois reajustes previstos na casa dos 30% também em alguns anos, de acordo com a execução das obras, então você tem um equilíbrio financeiro do contrato, que está garantido”, ponderou.

O deputado completou: “Não tem mais como dar desculpa que foi dado um grande deságio porque é a empresa mesmo que deu o

deságio, então assim, acredito até que deveria ter havido uma penalidade para a empresa, infelizmente a gente continua com a mesma empresa, mas espero que numa nova perspectiva”.

Críticas

Gandini lamentou que o norte do estado acabou prejudicado no novo acordo. “Nesse novo contrato foi retirada boa parte do trecho norte, acima de Linhares, da duplicação total, mas temos 41 quilômetros de terceira via e também de vias marginais. O que a gente está pedindo é que isso seja antecipado, tendo em vista que não vai haver a duplicação e você tem ali uma questão sensível em relação a ter praça de pedágio e não ter duplicação, além de acidentes, né?”, ponderou o parlamentar.

Para o deputado, o mais urgente é a garantia da segurança dos usuários. “O principal é a questão da segurança de fato. A questão econômica é importantíssima também porque o estado, como foi falado aqui, é um estado exportador que precisa muito das rodovias. Nós temos algumas atividades como pedra, eucalipto, que são tráfegados nessa rodovia. Então é muito importante que a gente tenha essa rodovia duplicada para dar mais segurança às pessoas”, finalizou.

“Esse investimento é do bolso do cidadão do Espírito Santo porque é ele quem paga pedágio há mais de dez anos e não tem uma rodovia de qualidade para circular. É lamentável que a gente tá aqui, né, mais uma vez, tendo que discutir depois de anos e anos. O deputado Gandini vem fazendo esse debate desde a legislatura passada”, concluiu.

NÚCLEO DE INTERVENÇÕES RÁPIDAS VAI CENTRALIZAR RECURSOS TECNOLÓGICOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

O governador do Estado, Renato Casagrande, e o vice-governador Ricardo Ferraço inauguraram, nesta quinta-feira (28), o Núcleo de Intervenções Rápidas (NIR) do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (CIODES). A ação é parte integrante da política de modernização da segurança pública com uso de tecnologias inteligentes.

O NIR funciona no prédio da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (Sesp), em Vitória, e é dedicado ao atendimento de ocorrências geradas pelo uso de recursos tecnológicos na Segurança Pública. Sua criação faz parte da política de ampliação da presença do Estado nos espaços públicos e do aperfeiçoamento tecnológico da Segurança Pública, nas diretrizes do Programa Estado Presente em Defesa da Vida.

Na prática, o NIR é a unidade responsável por receber, gerenciar e atender os acionamentos provenientes dos sistemas que, atualmente, integram o Parque Tecnológico do Estado na área de Segurança Pública, tais como Totens de Segurança, Cerco Inteligente do Estado, Câmeras de Reconhecimento Facial, Drones, Câmeras Corporais, Imageador Térmico, Tecnologias embarcadas e outros recursos.

“Fazemos o uso de diversas tecnologias na segurança pública. Esse trabalho de fortalecimento e reestruturação da área visa sufocar a criminalidade e diminuir a impunidade, colocando atrás das grades quem estava foragido há anos. Todos esses dados obtidos em nosso parque tecnológico estarão concentrados em um mesmo lugar para termos uma resposta cada vez mais rápida. Quando uma pessoa procurada é detectada por uma câmera, quando um carro roubado é localizado ou ocorre um acionamento do totem, podemos direcionar na mesma hora”, exemplificou o governador Casagrande.

Com funcionamento ininterrupto, a unidade conta com uma Central de Monitoramento e Análise Criminal, que acompanha os dispositivos em tempo real e opera a comunicação com a



população. A criação do NIR representa um avanço tecnológico na Segurança Pública, pois permite o emprego dos recursos de Inteligência Artificial integrados com os protocolos operacionais das Corporações.

Entre as possibilidades de utilização do NIR, estão soluções já conhecidas pela população capixaba – como o reconhecimento automático de placas veiculares e o reconhecimento facial de criminosos – e outras ainda não aplicadas, como a detecção de aglomerações e invasões a áreas restritas, a contagem e rastreamento de pessoas e objetos e a análise de comportamento suspeito com alertas automáticos.

“Segurança Pública no Espírito Santo se faz com integração, inteligência e mais investimentos. Hoje teve início o estágio operacional nas ruas de mil alunos soldados da Polícia Militar e anunciamos um novo concurso para contratação de outros mil policiais. Nossas Forças de Segurança recebem investimentos permanentes. Esse novo centro integra ainda mais nossas corporações e nossos efetivos para aumentar a velocidade de resposta à sociedade. Aqui temos trabalho e ações concretas para fazer nosso Estado ser cada vez mais seguro para que as mulheres e homens de bem possam viver em paz”, comentou o vice-governador Ricardo Ferraço, que é também coordenador do Programa Estado Presente em Defesa da Vida.

Resultados já alcançados

O uso de tecnologias aliadas à Segurança Pública é uma realidade no Espírito Santo e o NIR surge como ponto de convergência dos recursos já utilizados. O Reconhecimento Facial, o

Cerco Inteligente e os Totens de Segurança representam importantes avanços que combatem a criminalidade e aumentam a sensação de segurança dos capixabas.

- Cerco Inteligente: lançado em 2022 como um sistema integrado de monitoramento e combate aos crimes de trânsito, ambientais, fiscais e de segurança pública, conta com equipamentos de alta tecnologia que geram informações em tempo real.

Desde seu lançamento, o Cerco Inteligente já auxiliou na apreensão de 1.667 veículos com restrição de furto e roubo, além de ser uma ferramenta utilizada na elucidação de crimes e no combate a fraudes fiscais. Atualmente, o sistema conta com 1.466 câmeras ativas.

- Reconhecimento Facial: o projeto piloto teve início em setembro de 2024 e foi expandido em junho de 2025. As câmeras dotadas da tecnologia funcionam em prédios públicos, locais de grande circulação de pessoas e em ônibus do Sistema Transcol. O sistema permitiu, até agora, a detenção de 358 pessoas com mandados de prisão em aberto.

- Totens de Segurança: a mais recente tecnologia implantada no Espírito Santo começou a ser implementada em julho e, em um mês de funcionamento, já apresenta resultados. Os Totens já registraram 25 acionamentos de botão de usuário, que geraram 10 ocorrências policiais, entre as quais destacam-se tentativa de homicídio, agressão a mulher, maus tratos de animais, posse de entorpecentes e solicitação de averiguação de suspeitos.

Neste período, os totens emitiram 116 alertas. Os equipamentos funcionam como pontos de vigilância ativos, ampliando a presença das forças de segurança nos espaços públicos e aprimorando a resposta a situações de risco. Do total de 40 totens previstos para operar na Grande Vitória, sete já estão instalados.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Governo



SEMINÁRIO: PARTICIPANTES LEVAM IDEIAS PARA CÂMARAS MUNICIPAIS

Participantes do Seminário de Comunicação Legislativa, promovido pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales), deixarão o evento cheios de ideias para levarem para as câmaras municipais. O seminário foi realizado na quinta (28) e sexta-feira (29) e direcionado para vereadores e servidores da área nas casas legislativas dos municípios capixabas com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação com os cidadãos.

“Espero, sinceramente, que os participantes retornem aos seus municípios e implementem as ideias para que o cidadão de cada uma dessas cidades possa ser melhor informado sobre o importante trabalho feito pelas casas legislativas. Essa é a nossa proposta”, disse o presidente da Assembleia, deputado Marcelo Santos (União).

O presidente também falou aos participantes de 15 municípios presentes no segundo dia do evento. O seminário foi dividido em duas turmas – uma na quinta e outra na sexta – em função do grande número de interessados. O evento recebeu representantes de municípios distribuídos do Sul ao Norte do estado, incluindo cinco da Grande Vitória: Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana. Compareceram, ainda, Anchieta, Apiacá, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Ibatiba, Linhares, Pedro Canário, Piuma, Venda Nova do Imigrante e Vila Valério.

“A sociedade, se não sabe o que nós fazemos no Legislativo, é porque não comunicamos de forma eficaz. Estamos fazendo esse convênio com as câmaras não apenas na Comunicação, mas também na área do Direito, para permitir a todos os municípios acesso a material atualizado para subsidiar e qualificar pareceres e iniciativas”, disse Marcelo Santos.

Vereadores

A vereadora Angela Camporez, que é vice-presidente da Câmara de Vila Valério, disse que sai convencida de que, independentemente do tamanho do município, a comunicação social é muito importante. “Estou levando para nosso presidente, Adilson Rodrigues, a proposta de termos um assessor para cuidar dessa comunicação, até mesmo para que a mídia regional possa acompanhar melhor os nossos trabalhos e a população possa ficar mais bem informada”, disse Angela.

Vereadores de Piuma, Ruan Miranda e Fabrício Taylor, tiveram percepções diferentes, porém, complementares sobre o tema, ao ouvir os palestrantes, profissionais da equipe da Secretaria de Comunicação da Assembleia. “Estou no primeiro mandato e a participação no seminário é importante porque uma boa comunicação permite entrar na casa das pessoas para mostrar o que fazemos e melhorar a imagem da Câmara”, disse Ruan.

Já Fabrício foi além: “Peguei outra ideia,



de que a comunicação institucional faz a pessoa ouvir o que ela precisa ouvir. Não adianta querer vender geladeira para esquimó”. Ele informou que vai levar ao presidente da Câmara de Piuma, no litoral sul, a importância de contratar uma agência para fazer a comunicação institucional da Casa.

De Linhares, a assessora de comunicação da Câmara, Astrid Malacarne, também disse ter valido a pena participar do seminário. “Pudemos conhecer melhor como funciona a comunicação institucional legislativa, aprendendo com a experiência dos colegas da Assembleia e atualizando-nos. Vamos levar ao presidente da Câmara várias ideias para melhorar não apenas a comunicação com a sociedade, mas a própria comunicação interna, da equipe”.

O secretário de Comunicação da Assembleia Legislativa, Leonardo Nunes, enfatizou a importância de dar visibilidade aos trabalhos do Poder Legislativo para contribuir no combate a notícias falsas que circulam livremente pelas redes sociais, mas também de assumir a narrativa. “É preciso comunicar adequadamente sobre todos os temas, sejam aquelas iniciativas cotidianas, sejam os temas áridos que surgem. Se a comunicação institucional não assume a narrativa, de forma adequada, alguém vai falar de forma inadequada e desgastar o Poder”, disse Nunes.

Oficinas

Assim como no primeiro dia do seminário, o período da tarde foi dedicado a oficinas com os seguintes temas: Produção de Conteúdo e Linguagem Cidadã; Redes Sociais e Imagem Pública do Legislativo; Assessoria de Imprensa e Agência de Notícia Legislativa; e Implantação de TV Legislativa e WebTV. Apesar da abordagem dos mesmos temas de quinta, o perfil do público foi diferente. Nesta sexta, a plateia foi formada especialmente por assessores de vereadores de câmaras municipais, enquanto ontem era majoritariamente composta por vereadores.

Os participantes consideraram de grande utilidade prática as temáticas apresentadas por servidores que atuam no setor de comunicação da Ales.

Assessora de vereadora, a jornalista Luciana Araújo se mostrou grata pela oportunidade de conhecer ações que podem aproximar o mandato parlamentar

do cidadão. “Quando você está no interior, isolada do que está acontecendo, você acaba perdendo o foco de que há possibilidades simples de modificação. Por exemplo, o “Agora é Lei”, colocar no nosso site uma coisa que não tem custo e traz uma importância de comunicação”, exemplificou Luciana, em referência ao quadro que trata da divulgação das normas que se tornam lei nos veículos de comunicação do Legislativo.

Aprendizado

Já Leonardo Saimon, jornalista e assessor de vereador do município de Serra, destacou que o seminário contribuiu na apresentação da experiência dos comunicadores da Ales, das técnicas e da revisão de conceitos de comunicação.

“Este seminário vai contribuir com o trabalho desenvolvido lá na ponta. Temos aprendido aqui não só as técnicas, mas com o caminho longo da Assembleia Legislativa de comunicação e a gente está se apropriando desse conhecimento. Além do que, estamos relembrando conceitos e questões já esquecidas no dia a dia. Isso contribui para que a gente possa fazer um trabalho de mais qualidade”, garantiu Saimon.

Nova TV

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim já foi autorizada pela Câmara Federal a receber os equipamentos de transmissão de sinal de TV. Para tanto, o Legislativo cachoeirense precisa implantar toda estrutura técnica e de pessoal necessários.

Camila Reis, servidora efetiva e assessora da Câmara de Cachoeiro veio ao seminário para conhecer um pouco do trabalho da Ales. “É sempre um oportunidade de aprimorar o que a gente já faz e de ideias para implantar novas ações, novos conteúdos e uma forma melhor de lidar com determinadas situações que a gente não tinha pensado. Por isso, não perdemos essas oportunidades”, revelou. A subsecretária de Rádio e TV da Ales, Gabriela Mignoni, fez uma avaliação positiva dos dois dias de evento:

“A iniciativa da Secretaria de Comunicação é importante porque é uma oportunidade de compartilhar com as câmaras municipais, que têm uma estrutura menor do que a nossa, de mostrar o que temos feito no dia a dia. Como a Comunicação consegue conversar com a sociedade, o que é importante para o pessoal que trabalha nas câmaras entender, e encontrar a melhor forma de o vereador se comunicar com esse cidadão no seu dia a dia. Foi uma iniciativa que valorizou nossos servidores que compartilharam seu trabalho e seu conhecimento. Estou muito satisfeita com o resultado. Espero que venham outros”, comemorou Mignoni.

SISTEMA ELETRÔNICO DE AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DA CAFEICULTURA RECEBE VERSÃO ATUALIZADA E AMPLIADA

A ferramenta desenvolvida pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) para suporte técnico na avaliação do nível de sustentabilidade nas propriedades produtoras de café acaba de receber uma nova publicação, uma versão atualizada e ampliada.

Trata-se do documento técnico de orientação para uso 'Sistema para Avaliação de Indicadores de Sustentabilidade da Cafeicultura do Espírito Santo' – 2ª edição, revisada e ampliada. A primeira versão foi lançada em 2021, pela Editora Incaper.

O sistema é composto por uma planilha eletrônica que reúne 39 indicadores relacionados à avaliação de aspectos, como solo, água, uso de insumos agrícolas, entre outros. Realiza automaticamente os cálculos e gera um relatório com gráficos, facilitando ao agricultor e ao extensionista a visualização do nível de adequação da propriedade.

Documento técnico

O material reúne informações detalhadas



dessa versão foi a aprovação do regulamento da União Europeia que impacta a compra de café brasileiro – Regulamento Anti Desmatamento (EUDR). Ele condiciona que as empresas da UE garantam que os produtos importados, incluindo o café, não sejam oriundos de áreas desmatadas após 31 de dezembro de 2020.

“Os Indicadores de Sustentabilidade para a Cafeicultura Capixaba oferecem suporte valioso para

o trabalho de nossos extensionistas junto aos cafeicultores, no sentido da busca por sustentabilidade e planejamento das ações de ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural] de forma participativa, além de gerar bons insights para demandas do meio rural nas comunidades participantes do Projeto Cafeicultura Sustentável”, pontua um dos autores, o técnico do Incaper Marx Martinuzzo.

Informações à Imprensa:

Gerência de Transferência de Tecnologia e Conhecimento (GTTC) do Incaper

NOVO LOCAL: SESSÃO PÚBLICA PARA DEFINIR FORNECEDOR DE SERVIÇOS DO PROGRAMA ES INTELIGENTE DE ALEGRE SERÁ NA CÂMARA MUNICIPAL

O prazo do edital da Parceria Público-Privada (PPP) do Programa ES Inteligente em Alegre, coordenado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) e pelo Instituto de Planejamento e Gestão das Cidades (IPGC), termina na segunda-feira (1º). A concessão, com duração de 25 anos, prevê investimentos em iluminação pública, miniusinas solares e infraestrutura de telecomunicações. A sessão pública de abertura dos envelopes será no dia seguinte, terça-feira (02), às 9h, na Câmara Municipal da cidade.

O diretor de Negócios do Bandes, Marcos Kneip Navarro, afirma que a parceria é muito valiosa para o município e oferece vantagens econômicas, inclusão digital, sustentabilidade com geração de créditos de carbono, segurança e gestão de eficiência. “O lançamento do edital reafirma o nosso compromisso com os capixabas. Estamos orgulhosos de fazer parte de um movimento que alia tecnologia, responsabilidade ambiental e desenvolvimento econômico. Alegre se coloca, a partir de hoje, entre os municípios capixabas que lideram a transformação inteligente do nosso Estado”, destaca.

Relembre o que está previsto

O projeto prevê mudanças vantajosas para o bem-estar social da região. Os resultados obtidos nos estudos apontam que Alegre terá uma economia na iluminação pública em aproximadamente 86%, além da redução de custos aos

cofres públicos em cerca de 10,5%, quando os sistemas já estiverem em pleno funcionamento.

Além disso, haverá a troca de mais de três mil lâmpadas, a implantação de uma infraestrutura para uma rede de telecomunicações de 24 quilômetros de fibra óptica, 56 pontos de videomonitoramento com 85 câmeras distribuídas e 15 pontos de internet gratuita, com uma rede de informações e comunicações interligadas que atenderão às demandas de 62 prédios públicos.

A empresa selecionada na concessão ficará responsável, também, pela construção e a manutenção de uma microusina fotovoltaica de sete mil metros quadrados, com produção anual de 829,72 mil KW, que, além de implicar na redução aproximada de 27 toneladas de gás carbônico por ano na atmosfera, permitirá a distribuição energética para os prédios públicos da cidade, reduzindo os gastos com energia elétrica e realocando recursos para outras áreas.

O Programa ES Inteligente

O Programa ES Inteligente é uma iniciativa do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) em parceria com o Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC), tem como objetivo impulsionar a modernização dos municípios capixabas por meio de projetos estruturados de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

O Bandes, como agente de governança,

promove a articulação entre entes públicos e instituições reguladoras, enquanto o IPGC é responsável pela elaboração dos estudos técnicos que sustentam o projeto. Com foco em soluções integradas nas áreas de infraestrutura, energia, conectividade e gestão de resíduos, o programa já conta com a adesão de mais de 30% dos municípios do Espírito Santo e se consolida como modelo de referência em inovação, sustentabilidade e gestão pública eficiente no cenário nacional.

S a i b a m a i s :

www.bandes.com.br/municipios

Serviço

Sessão pública ES Inteligente - Alegre

Data: 02/09/2025 (terça-feira)

Horário: 09h

Local: Câmara Municipal de Alegre – Av. Jerônimo Monteiro, 38 - Conceição, Alegre - ES

Informações à Imprensa:

Gerência de Comunicação Institucional do Bandes



SAÚDE ANUNCIA INVESTIMENTO PARA RETOMADA DAS OBRAS DA UNIDADE DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA EM VILA VELHA

O vice-governador do Estado, Ricardo Ferraço, formalizou, nesta terça-feira (26), o aditivo ao Termo de Fomento para viabilizar a retomada das obras da nova Unidade de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), em Vila Velha. O projeto de ampliação da Unacon do Hospital Evangélico de Vila Velha é



conduzido pela Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense (Aebes), com apoio do Governo do Estado.

O investimento inicial do Termo de Fomento era de R\$ 12.455.939,37. Com o aditivo de R\$ 9.130.533,00, o valor total destinado ao projeto passa a ser de R\$ 21.586.472,37. A previsão é de que a primeira etapa seja concluída em até 18 meses. O cronograma de repasses estabelece três parcelas, de igual valor, programadas para fevereiro, junho e novembro de 2026. Além disso, a entidade utilizará o saldo já existente no atual Termo de Fomento para dar início das obras. “Esse é mais um investimento com capacidade de melhorar o dia a dia das pessoas, principalmente em

um momento em que a assistência, o cuidado e a estrutura são fundamentais. As parcerias do Governo do Estado com o Hospital Evangélico geram resultados. Nos últimos dias, confirmamos a ampliação do Hospital de Santa Maria de Jetibá, que vai receber um novo centro cirúrgico e passará a ofertar 100 leitos. Quase R\$ 20 milhões de investimentos. E agora com mais esse investimento robusto aqui em Vila Velha”, comentou o vice-governador Ricardo Ferraço.

O secretário de Estado da Saúde, Tyago Hoffmann, destacou o impacto da obra para os pacientes oncológicos capixabas. “Estamos dando um passo decisivo na ampliação da rede de atenção oncológica do Espírito Santo. A

retomada da construção da Unacon em Vila Velha significa mais acesso, mais qualidade e mais dignidade no atendimento a quem enfrenta o câncer. Essa é uma entrega que vai transformar a vida de milhares de pessoas e reafirma o compromisso do Governo do Estado com a saúde

pública”, afirmou.

A nova Unacon representará um avanço importante na assistência oncológica do Espírito Santo. Com a conclusão da primeira fase, será possível ampliar significativamente a oferta de tratamentos: a capacidade de infusões de quimioterapia aumentará de 10.452 para 26 mil por ano; as consultas médicas passarão de 11.124 para mais de 21 mil por ano; e, pela primeira vez, a região contará com mais de 20.500 sessões anuais de radioterapia.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Imprensa da Vice-Governadoria



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Tel.: (27) 99991-9614

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
Ashley Vitória Gomes

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira